

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Zero Hora

Class.: 210

Data: 09.09.86

Pg.: _____

Índios voltam à reserva. Com garantia de segurança

As 80 famílias caingangues obrigadas a deixar a reserva indígena da Guarita receando represálias do cacique Samuel Claudino começaram a retornar ontem à área. O anúncio foi feito pelo assessor de imprensa da 1ª Superintendência da Fundação Nacional de Apoio ao Índio (Funai), Maurício Paredes Saraiva, que acompanha os técnicos da fundação que foram à Tenente Portela tentar mediar o conflito.

O impasse surgiu a partir do momento em que alguns índios começaram a fazer oposição ao cacique, denunciando inclusive que ele permite o roubo de madeira e possibilita arrendamentos prejudiciais à comunidade. O cacique promoveu uma perseguição que resultou num ataque às casas dos opositores, com saldo de vários feridos e fuga de um grupo grande receoso de represálias.

Saraiva justificou que a Funai não está sendo omissa, apenas não pode destituir o cacique por esta arbitrariedade. "O máximo que podemos fazer é a mediação", explicou, alegando que mais seria interferência. Desde quarta-feira, uma equipe de Brasília se encontra na reserva com as lideranças das duas facções. A 1ª

Superintendência da Funai tem sede em Curitiba e atende aos estados do Paraná, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Na reunião realizada ontem, o cacique Samuel Claudino concordou com o retorno, sem represálias, dos índios que lhe fazem oposição. A reunião teve a participação dos técnicos da Funai e integrantes da Polícia Federal, como "observadores". O cacique se comprometeu a assegurar a integridade física do grupo que quiser voltar. Caso alguma família caingangue não queira retornar, será transferida para uma das nove reservas indígenas existentes no Estado.

O assessor ainda explicou que, por cautela, os técnicos da Funai ainda ficarão mais algum tempo na reserva, acompanhando a situação, porque o clima na área é tenso. Ele reiterou que a Funai não está sendo omissa e acompanha as "providências legais" quanto às denúncias de roubo de madeira, assim como acatará uma decisão, se houver, sobre o fim dos arrendamentos. Deixou claro, contudo, que não é dela a competência de interferir na disputa de poder.